

EMENDA Nº 27 - Plenário

PEC Nº 133/2019

Emenda para suprimir a previsão
de extinção de regimes próprios

I – Inclua-se, no art. 1º da PEC 133/2019, a seguinte alteração ao inciso X do § 22 do art. 40 da Constituição:

“Art. 40.

.....

§ 22. Lei complementar federal estabelecerá, para os regimes próprios de previdência social, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre:

.....”

II – Dê-se, ao art. 18 da PEC 133/2019, a seguinte redação:

Art. 18. Ficam revogados:

I - o inciso I do §§ 22 do art. 40 da Constituição

III – o art. 9º e o art. 34 da Emenda Constitucional nº ..., de 2019.

III - o inciso II e o parágrafo único do art. 36 da Emenda Constitucional nº ..., de 2019.”

JUSTIFICAÇÃO

O § 22 do art. 40, na redação dada pela PEC 6/2019, prevê a vedação da instituição de novos regimes próprios de previdência, e define que a lei complementar disporá sobre a hipótese de extinção desses regimes. O art. 9º determina a recepção da Lei 9.717/98, que trata do mesmo tema. Já o art. 34 da PEC 6/2019 trata das responsabilidades a serem honradas pelos entes no caso de extinção de seus regimes próprios de Previdência Social.

Os regimes próprios são uma decorrência do regime estatutário, ou seja, são reservados aos titulares de cargos efetivos. O ente estatal e o servidor



SF/19022.85028-39

Página: 1/4 11/09/2019 18:36:46

8b1e367c700be422b66f3df43b9ee51da3ef2a28



ativo e inativo contribuem para o custeio desse regime, cujos benefícios tem tratamento na forma do art. 40.

Assim, se houver desmembramento de municípios ou Estados é intrínseco a sua autonomia e capacidade administrativa manter o seu regime próprio, não sendo lícito à PEC 6 proibir essa possibilidade.

Quanto aos atuais servidores filiados a esses regimes, eles fazem jus, conforma as datas de ingresso, ou a proventos integrais, ou a proventos apurados com base na média de tempo de contribuição, sem a aplicação do fator previdenciário, e sem a aplicação do teto do RGPS.

Os servidores já aposentados e seus pensionistas, fazem jus a proventos integrais, e seus dependentes farão jus a pensões calculadas com base nos respectivos proventos, ou seja, não sujeitos às regras do RGPS.

Assim, caso haja a extinção do RPPS do ente, situação que poderia alcançar atualmente quase 3.000 municípios, além dos Estados e DF e a própria União, com a assunção de responsabilidades pelo RGPS, ao qual seria destinado o custeio dos benefícios, não se pode deixar de assegurar que não haverá nenhum prejuízo ao servidor, seja já aposentado, seja os que se acham em atividade, mas sujeitos a regras distintas das previstas para o RGPS.

Dessa forma, ao se prever a responsabilidade do ente, não se pode apenas prever que o ente ressarcirá o servidor pelo serviço passado sujeito às regras do RPPS, mas sim que o ente responderá pelas suas obrigações integralmente, posto que não pode a mera opção pela extinção do RPPS acarretar a mudança das regras e a perda de direitos para os servidores.

Dessa forma, a própria extinção do RPPS já existente é uma solução inadequada. A Lei 9717 prevê as regras que devem ser observadas para a sua gestão sustentável e a própria Constituição disciplina esse regime. Não é o caso, portanto, de se permitir a extinção de regimes próprios, que, ademais, apenas aprofundariam a crise fiscal dos Estados e Municípios, e da própria União, gerando grande insegurança jurídica sobre os direitos dos seus atuais servidores.

A presente emenda, portanto, visa superar esse problema, mediante a supressão da previsão de extinção dos RPPS no art. 40, § 22 e no art. 34, e a convalidação genérica da Lei 9.717/98 pelo art. 9º da PEC 6/2019.

Caso não seja acatada proposta no mesmo sentido apresentada à PEC 6/2019, é dever desta Casa acatar a alteração ora proposta, no âmbito da PEC 133/2019 – a PEC Paralela.


Senador NELSINHO TRAD



SF/19022.85028-39

Página: 2/4 11/09/2019 18:36:46

8b1e367c700be422b66f3df43b9ee51da3ef2a28



Delegado	ENEZIANO
mm	JORGINHO
LASIER	J. Jantun
STYVENSON	Delegado
ÁLVARO DIAS	Delegado
LUIS CARLOS HEINZE	Delegado
CONFÚCIO MOURA	Delegado
ACIR	Delegado
Sebastião P. P. P.	Delegado
MAILZA	Delegado
PAULO ROCHA	Delegado
HUMBERTO COSTA	Delegado



SF/19022.85028-39



Delegado	
mm	
LASIER	J. J. J. J.
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
Super Potos	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
Jean Paul Krato	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado



SF/19022.85028-39



Delegado	
mm	
LASIER	J. J. J. J.
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
Delegado	Delegado
	Delegado
	Delegado
Alexandra	Delegado
	Delegado



SF/19022.85028-39



Delegado	
mm	
LASIER	J. J. J. J.
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
	Delegado
Delegado	Delegado
	Delegado
	Delegado
Chizianu Joma	Delegado
	Delegado



SF/19022.85028-39



Salvatore Lantaras	
Pedro Cruz	



Quesada	VERGARA
SM	JORDAN
LASTER	J. J. J. J.
STIVENS	
FLORIAN	
ANTONIO	
ADRI	
SEBASTIAO	
WILZA	
PAULO BOCHA	
HUMBERTO COSTA	
Lucas Barreto	
ITALIA	
JOAO FAREZ	
JOAO JOE	
Manoel Rogério	
Caio Márcio Netto	
Elizandro Farias	
Juliano Silva	
WILLIAM	
George Kajuru	



SF/19022.85028-39

